



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE 03 (TRÊS) BRINQUEDOPRAÇAS,
LOTE I: LOCALIZADA NA RUA POVOADO JARDIM, S/N, NO MUNICÍPIO
DE ITABAIANINHA/SE, LOTE II: LOCALIZADA NA RUA “G”, BAIRRO
CAÇULÃO, S/N, NO MUNICÍPIO DE PEDRINHAS/SE E O LOTE III:
LOCALIZADA NA RUA ESTER MENEZES DE SANTANA, S/N, POVOADO
BOMFIM, NO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO DANTAS/SE**

ÓRGÃO REQUISITANTE: SEDURBI
SETOR RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: SPP
DATA: ABRIL/2026



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo técnico preliminar para solução visando atender necessidade de Execução da Implantação de 03 (três) Brinquedopraças, distribuídas conforme os seguintes lotes:

- **Lote I:** localizada na Rua Povoado Jardim, s/n, no Município de Itabaianinha/SE;
- **Lote II:** localizada na Rua “G”, Bairro Caçulão, s/n, no Município de Pedrinhas/SE;
- **Lote III:** localizada na Rua Ester Menezes de Santana, s/n, Povoado Bomfim, no Município de Riachão do Dantas/SE.

1. - **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE** – art. 26, I, do Decreto Estadual nº 342/2023

Execução da Implantação de 03 (três) Brinquedopraças, **Lote I:** localizada na Rua Povoado Jardim, s/n, no Município de Itabaianinha/SE, **Lote II:** localizada na Rua “G”, Bairro Caçulão, s/n, no Município de Pedrinhas/SE e o **Lote III:** localizada na Rua Ester Menezes de Santana, s/n, Povoado Bomfim, no Município de Riachão do Dantas/SE. A Implantação representa um importante espaço público importante para comunidade, devido ao fortalecimento da economia local.

Estes serviços visam proporcionar melhores condições de uso à comunidade, incentivar a prática de alimentação saudáveis, além de fomentar a economia local.

2. - **PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL** – art. 26, II, do Decreto Estadual nº 342/2023

A contratação está prevista no Plano Plurianual para o período de 2024-2027, Lei Estadual nº 9.371/24.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Será publicada Instrução Normativa para dispor a respeito do plano de contratações anual, nos termos do que determina o art. 21 do Decreto Estadual nº 342/2023:

Art. 21. A Secretaria Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística - SECLOG elaborará, conforme regulamento, o Plano de Contratações Anual do Estado, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

3. – **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS** – art. 26, III, do Decreto Estadual nº 342/2023

3.1. Critérios de sustentabilidade: é importante priorizar fornecedores que adotem práticas de sustentabilidade.

3.2. Padrões mínimos de qualidade: é importante que o serviço prestado, assim como todos os insumos utilizados, atenda aos padrões mínimos de qualidade exigidos pela SEDURBI, garantindo a segurança e eficiência das atividades desenvolvidas.

3.3. Preço: é importante considerar o preço dos serviços prestados, garantindo que a solução seja econômica e compatível com o orçamento disponível.

3.4. Observância às leis e regulamentações específicas: é fundamental que os fornecedores sejam legalmente estabelecidos e estejam em conformidade com as regulamentações específicas da área, especialmente:

3.4.1. Os serviços objeto deste ETP deverá ser executados por empresas especializadas em serviços técnicos de engenharia civil.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

3.4.2. Comprovar estar devidamente inscrita e habilitada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU, no estado de sua sede ou seu domicílio para o exercício das atividades.

3.4.3. Comprovar possuir Capacidade Técnico-Operacional, mediante apresentação de Atestado(s) ou Certidão (ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executada obra(s) e/ou serviço(s) com características técnicas, quantidades e prazos compatíveis com o objeto.

3.4.4. Comprovar possuir em seu quadro permanente, ou ter à sua disposição na data da licitação, profissional (ais) de nível superior, detentor (es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, registrado(s) no CREA ou no Conselho Profissional competente, que demonstre(m) que o(s) mesmo(s) possua(m) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART por execução de serviços de características técnicas semelhantes às do objeto.

4. – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES – art. 26, IV, do Decreto Estadual nº 342/2023

Os serviços e seus respectivos quantitativos foram estimados de acordo com o projeto concebido e encontram-se na planilha orçamentária anexa, elaborada com base no sistema ORSE/SINAPI, na forma da Lei nº 14.133/21.

5. – LEVANTAMENTO DE MERCADO – art. 26, V, do Decreto Estadual nº 342/2023

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Após a verificação do objeto demandando, foi realizado o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

- a) O objeto demandado já foi anteriormente contratado pela SEDURBI e possui contratações similares feitas por outros órgãos do Estado e demais entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;
- b) Promover o desenvolvimento integral na primeira infância e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, e é especialmente voltado às crianças e à comunidade local. o uso sustentável do espaço público e resgatando seu valor simbólico para a cidade;
- c) Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;
- d) Tendo em vista que o objeto está enquadrado como obra, mostra-se adequada a adoção da modalidade concorrência, na forma da Lei nº 14.133/2021, para contratação de empresa;
- e) Tendo em vista as considerações aqui apontadas, mostra-se mais adequada a adoção do tipo “menor preço” para a seleção do fornecedor;
- f) Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto no DFD, neste ETP e que deverão ser detalhadas no Projeto Básico;
- g) As demais exigências de habilitação deverão ser definidas em Edital.

6. – ESTIMATIVA DO VALOR POTENCIAL DA CONTRATAÇÃO - art, 26, VI, do Decreto Estadual nº 342/2023



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

O valor total para a execução das obras e serviços objeto deste Estudo foi estimado através levantamento de quantitativos, baseados no conjunto dos projetos gerando a planilhas **ORSE nº 19 LOTE I R\$ 322.533,19 (trezentos e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e três reais e dezenove centavos)**, planilha **ORSE nº 24 LOTE II R\$ 350.723,76 (trezentos e cinquenta mil, setecentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos)** e planilha **ORSE nº 20 LOTE III R\$ 393.033,37 (trezentos e noventa e três mil, trinta e três reais e trinta e sete centavos)** referentes ao mês de janeiro/2026 (ORSE e SINAPI), conforme Planilhas Orçamentárias em anexo, valor este que se estabelece como condição para a desclassificação das propostas cujo valor global venha a ser a ele superior, Contabilizando o **Valor Global de R\$ 1.066.290,32 (Um milhão, sessenta e seis mil, duzentos e noventa reais e trinta e dois centavos)**, estimado na forma da Lei nº 14.1333/2021, conforme orçamento detalhado em anexo..

Neste valor estão incluídos todos os custos, impostos, taxas, tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e outros que, direta ou indiretamente, decorram da execução da obra e dos serviços objeto deste Estudo.

7. - **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** – art. 26, VII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Contratação de empresa especializada em engenharia, para Execução da Implantação de 03 (três) Brinquedopraças, Lote I: localizada na Rua Povoado Jardim, s/n, no Município de Itabaianinha/SE, Lote II: localizada na Rua “G”, Bairro Caçulão, s/n, no Município de Pedrinhas/SE e o Lote III: localizada na Rua Ester Menezes de Santana, s/n, Povoado Bomfim, no Município de Riachão do Dantas/SE.

8. - **JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO** – art. 26, VIII, do Decreto Estadual nº 342/2023



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) estabelece, em seus princípios e diretrizes, a necessidade de observância de critérios que favoreçam a competitividade, a economicidade e a eficiência nas contratações públicas. A própria legislação prevê que, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o objeto licitado deve ser parcelado em lotes, favorecendo maior participação de licitantes, especialmente aqueles de menor porte ou com capacidade restrita ao objeto parcial, ampliando, assim, a competitividade do certame e a vantajosidade para a Administração.

Diante dos aspectos analisados, verifica-se que o parcelamento do objeto em **Lote I:** localizada na Rua Povoado Jardim, s/n, no Município de Itabaianinha/SE, **Lote II:** localizada na Rua “G”, Bairro Caçulão, s/n, no Município de Pedrinhas/SE e o **Lote III:** localizada na Rua Ester Menezes de Santana, s/n, Povoado Bomfim, no Município de Riachão do Dantas/SE é tecnicamente viável, não havendo impedimentos que comprometam a execução das obras de forma independente. A divisibilidade contribui para maior competitividade na licitação, otimização de recursos, cumprimento eficiente dos prazos e pleno aproveitamento do material já ajustado para cada lote.

9. – JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios mostra-se viável, quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame, conforme a definição trazida pela Lei no 14.133/2021, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco e serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consorcio.

10. – **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** – art. 26, IX, do Decreto Estadual nº 342/2023

A construção de praça de brinquedos lúdicos pretende-se promover o lazer saudável, incentivar a convivência social e proporcionar um espaço seguro para as crianças da comunidade. O local atualmente carece de um espaço dedicado à recreação infantil, e a construção da praça irá beneficiar não apenas as crianças, mas também as famílias, gerando um ambiente comunitário de convivência e com maior diversidade de lazer e socialização

11. – **PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS** – art. 26, X, do Decreto Estadual nº 42/2023

Para viabilizar a execução do objeto, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Elaboração e aprovação dos projetos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos necessários.
- Verificação da disponibilidade orçamentária para a contratação;
- Definição e demarcação da área destinada à implantação da brinquedopraça;
- Levantamento das condições do terreno e da infraestrutura existente no local;
- Obtenção das autorizações e licenças eventualmente exigidas pelos órgãos competentes;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

- Designação dos servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual;
- Planejamento das medidas de segurança para a área durante a execução da obra.

12. – **CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES** – art. 26, XI, do Decreto Estadual nº 342/2023

Não há necessidade de adoção de contratações correlatas.

13. – **IMPACTOS AMBIENTAIS** – art. 26, XII, do Decreto Estadual nº 342/2023

A implantação da brinquedopraça poderá gerar impactos ambientais temporários decorrentes da movimentação de solo, utilização de materiais de construção, geração de resíduos e circulação de máquinas e equipamentos.

Para minimizar tais impactos, deverão ser observadas as seguintes medidas:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação vigente.
- Controle da dispersão de poeira e de ruídos durante a execução dos serviços.
- Preservação da vegetação existente, sempre que possível.
- Utilização de materiais que atendam aos requisitos de qualidade, segurança e sustentabilidade.
- Recuperação e limpeza da área após a conclusão dos serviços.
- Adoção de práticas que reduzam desperdícios de materiais e recursos naturais.

Considera-se que os impactos ambientais decorrentes da obra são de baixa magnitude, temporários e mitigáveis mediante a adoção das medidas acima descritas.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

14. – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO – art. 26, XIII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Deverá ser providenciada a adoção de medidas cabíveis e necessárias quanto ao correto recolhimento de resíduos da construção civil, assim como garantir que seja dada a destinação ambientalmente adequada.

Os serviços tais como demolição, esquadrias, instalações e reparos estruturais seguirão as determinações constantes no Projeto Básico e/ou especificações técnicos.

A contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT.

15. – EQUIPE RESPONSÁVEL

Aracaju/SE, 22 de abril de 2026

ALISSON SANTOS LIMA
ENGENHEIRO CIVIL
SPP/SEDURBI

VINICIUS ALMEIDA MELO
SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E PROJETOS
SPP/SEDURBI